



**ACÓRDÃO Nº 73/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11538/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço Aut. de Água e Esgoto São Sebastião Uatumã
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Pedro Furtado Terço (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7068/2016-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Aut. de Água e Esgoto São Sebastião Uatumã. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas.  
Recomendação. Determinação. Multa.

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1. À unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator:

**9.1.1. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Pedro Furtado Terço**, Diretor-Presidente do SAAE de São Sebastião do Uatumã, exercício de 2015, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

**9.1.2. Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto São Sebastião Uatumã - SAAE** que:

**a)** Observe estritamente o cumprimento do prazo de remessa dos informes periódicos via Portal e - Contas a este Tribunal, conforme estabelece o art. 3º, da Resolução TCE nº 13/2015, assim como às Decisões Administrativas do Egrégio Tribunal Pleno desta Corte de Contas;

**b)** Adote medidas para que as despesas com compras e serviços realizados em exercícios futuros pela Autarquia Municipal sejam provenientes de Processos Administrativos, nos quais devem constar a solicitação inicial indicando o destino do material a ser adquirido ou serviço a ser prestado, bem como os demais documentos necessários à realização das despesas, com objetivo de centralizar e dar mais transparência à gestão pública;

**c)** A partir da Prestação de Contas do exercício de 2016, apresente o Inventário de Estoque com relatório dos materiais existentes no final do exercício, devendo o controle de entrada e saída dos mesmos estar disponível para fiscalização, exigência expressa no inciso XLI do art. 2º da Resolução TCE nº 04, de 16 de março de 2016;

**d)** Evite que as Guia de Recolhimento do INSS (GPS) sejam recolhidas fora do prazo e como via de consequência o pagamento de juros e multas,



**ACÓRDÃO Nº73/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

configurando ausência de controle de consignações por parte da Administração daquela Autarquia Municipal, infringindo assim o prazo de pagamento estabelecido no art. 216, inciso I, alínea “b”, do Decreto n. 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social) c/c o art. 12, inciso I, e art. 9, inciso I, alínea “m”, da mesma norma;

**e)** Na formalização de futuros de Termos Aditivos, deverão ser procedidos de processo administrativo contendo justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Termo Aditivo, em obediência ao art. 60, caput, e art. 57, § 2º, da Lei nº 8.666/93;

**f)** Na formalização de futuros Contratos e Aditivos de Contratos, seja feita a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, que é condição indispensável para sua eficácia, conforme preceitua o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666;

**9.1.3. Determinar à Comissão de Inspeção - DICAMI que:**

**a)** Verifique se foi efetivada a cobrança administrativa para a recuperação do crédito do valor R\$ 144.925,15, proveniente da inscrição de Dívida Ativa Não Tributária dos usuários beneficiados com fornecimento de Água Potável da zona rural e urbana do município, conforme registrado nos Créditos a Longo Prazo do Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial do exercício de 2015 - Anexo 14, tendo em vista que Autarquia no exercício de 2016 deveria ter efetivado a cobrança do débito inscrito;

**b)** Verifique o cumprimento das recomendações descritas acima;

**9.1.4. Determinar à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 162, § 1º, da Resolução 04/2002 - TCE/AM;**

**9.2. Por maioria** nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **aplicar multa** ao Sr. **Pedro Furtado Terço** no valor de **R\$ 1.096,03**, que devem ser recolhidos aos cofres da Fazenda Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - Sefaz, relativamente à intempestividade na remessa dos informes periódicos do SAAE de São Sebastião do Uatumã referente ao mês de outubro de 2015, com atraso de 54 dias, encaminhados via Portal E-Contas fora do prazo concedido na Ata da 38ª Sessão Administrativa desta Corte de Contas, nos termos do art. 54, II, da Lei 2423/1996 c/c art. 308, II, da Resolução 04/2002 - TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 (trinta) dias. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas

*Vencido o Conselheiro Julio Cabral que acompanhou destaque inicial do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela dosimetria da multa para 3 meses de atraso de envio no sistema e-Contas. Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva retirou seu destaque em sessão acompanhando o voto do Relator.*

**10- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.**

**11- Data da Sessão:** 9 de Fevereiro de 2017

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.



**ACÓRDÃO Nº73/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral